

Técnica Superior na Direcção-Geral dos Serviços Prisionais;
Inspectora Superior na Inspecção-Geral da Segurança Social.

3 — Formação Profissional Relevante: “Técnicas legislativas”, “Contencioso Administrativo”, “O regime da administração financeira do Estado”, “Técnicas de gestão da qualidade”, “Liderança em acção”, “Contencioso Administrativo — Aspectos práticos”, “POCP — O Plano Oficial de Contabilidade Pública”, “Gestão e Desenvolvimento Organizacional”, “Gestão Orçamental”, “O Código dos Contratos Públicos”, “O Novo Regime da Avaliação do Desempenho”, “O Novo Regime de Vinculação de Carreiras e Remunerações”, “Balanced Scorecard Inicial”.

202241564

Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro

Despacho (extracto) n.º 20041/2009

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, foi aberto o procedimento concursal e procedeu-se à publicitação do processo de selecção do titular do cargo de Direcção Intermédia de 2.º Grau de Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial, constante da Portaria n.º 219-Q/2007, de 28 de Fevereiro, designadamente através da Bolsa de Emprego Público.

Cumpridos os formalismos legais e concluídas as operações de selecção, propôs o Júri, como resultado do respectivo processo de escolha e nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 21.º da referida Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, para desempenhar aquele cargo o candidato David Lucas Nunes.

Tendo em conta os fundamentos apresentados pelo Júri nos relatórios que integram o procedimento, designadamente pela aplicação da fórmula que traduz os métodos de selecção aos factos apurados, considero que face a tais resultados aquele candidato possui competência técnica e a aptidão necessária para o exercício do cargo e corresponde ao perfil exigido no respectivo concurso.

Assim, nomeio para o cargo de Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial, o licenciado em Gestão de Empresas da carreira de Técnica Superior, David Lucas Nunes, em comissão de serviço, pelo período de três anos, nos termos do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2009).

A presente nomeação produz efeitos a partir de 6 de Julho de 2009. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

28 de Julho de 2009. — O Director Regional, *Rui Salgueiro Ramos Moreira*.

Nota Curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: David Lucas Nunes;
Residência: Castelo Branco;
Idade: 40 anos;
Naturalidade: França.

2 — Habilitações académicas

Licenciado em Gestão de Empresas pela Universidade Lusíada;
Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública pelo Instituto Nacional de Administração;
Curso do FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública, pelo Instituto Nacional de Administração.

3 — Experiência profissional:

5 de Agosto de 2002 — início de funções na Administração Pública;

1 de Setembro de 2006 — nomeado Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Controlo Orçamental, em regime de substituição, da Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior;

2 de Abril de 2007 — nomeado Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial, em regime de substituição, da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro.

4 — Formação profissional:

Curso de “Criação de Serviços Empresariais na Internet”;
Curso de “Fiscalidade”;
Curso de “Técnicas Avançadas de Escritório Electrónico”;

Curso de “Formação Pedagógica de Formadores”;
Curso de “Plano Oficial de Contabilidade Pública”;
Seminário de “Gestão Documental na Administração Pública”;
Curso de “SIADAP”.

202243962

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Geral

Despacho n.º 20042/2009

Por ter sido publicado com inexactidão o Despacho n.º 19313/2009, de 12 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 162, de 21 de Agosto, relativo à declaração de utilidade pública da expropriação das parcelas necessárias à execução da obra da Concessão Douro Litoral — A32/IC2 — Oliveira de Azeméis/IP 1 (São Lourenço) — Trecho 3 — Louredo/IP 1 (São Lourenço), por a Imprensa Nacional-Casa da Moeda não ter procedido à publicação da totalidade dos mapas de áreas submetidos a publicação, aqui se declara a sua não produção de efeitos.

31 de Agosto de 2009. — O Secretário-Geral, *Santos Cardoso*.

202249284

Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P.

Aviso n.º 15485/2009

Nos termos do disposto no artigo 50.º da Lei n.º 12 -A/2008 de 27 de Fevereiro, faz -se público que, por deliberação de 16 de Julho de 2009 do Conselho Directivo do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I.P., no âmbito da competência própria, se encontra aberto o procedimento concursal comum para a contratação de quatro Assistentes Técnicos, em regime de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado.

Este procedimento rege-se pelo disposto nos seguintes diplomas: Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de Fevereiro, Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro e Portaria n.º 83 -A/2009 de 22 de Janeiro.

Considerada a dispensa temporária da obrigatoriedade de consulta prévia à ECCRC, até à publicação de procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, não foi efectuada a consulta prevista no artigo 4.º da Portaria n.º 83 -A/2009 de 22 de Janeiro,

1 — Identificação do acto — A abertura de Procedimento Concursal Comum para preenchimento de quatro postos de trabalho na carreira e categoria de Assistente Técnico.

2 — Modalidade da Relação Jurídica — Contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro.

3 — Prazo de validade — O presente procedimento concursal é válido para ocupação de idênticos postos de trabalho a ocorrer no prazo máximo de 18 meses contados da data de homologação da lista de ordenação final do presente procedimento (reserva de recrutamento interna).

4 — Local de Trabalho — Direcção Regional de Mobilidade e Transportes de Lisboa e Vale do Tejo/Núcleo de Atendimento Público — Rua Domingos Monteiro, n.º 7, 1069-056 Lisboa.

5 — Caracterização do Posto de Trabalho — Exercício de funções com grau de complexidade 2, sendo que as funções a desempenhar incidem sobre tarefas inerentes à actividade de atendimento ao público, nomeadamente:

- recepcionar as pretensões no âmbito da área de condutores e profissionais (conferência de documentação e cobrança de taxas);
- recepcionar as pretensões no âmbito da área de veículos (conferência da documentação e cobrança de taxas);
- recepcionar as pretensões no âmbito da área de licenciamento e autorização de transportes (conferência da documentação e cobrança de taxas);
- recepcionar defesas, impugnações e outros documentos relativos aos processos de contra-ordenações;
- prestar informações de carácter geral.

6 — Perfil — Capacidade de organização e trabalho orientado para a obtenção de resultados; capacidade de adaptação no trabalho e versatilidade/polivalência nas funções; auto-aprendizagem; comunicação escrita e oral; relacionamento interpessoal e trabalho em equipa.

7 — Requisitos Gerais de Admissão:

- a) Ter 18 anos completos;
- b) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções que se propõe desempenhar;
- c) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- d) Ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

8 — Requisito de Vínculo — É obrigatória a existência de uma relação jurídica de emprego público, podendo ser opositores:

8.1 — Trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, que se encontrem em qualquer das seguintes situações:

8.1.1 — Trabalhadores integrados na mesma carreira, a cumprir ou a executar diferente atribuição, competência ou actividade, do IMTT, I.P.;

8.1.2 — Trabalhadores integrados na mesma carreira, a cumprir ou a executar qualquer atribuição, competência ou actividade, de outro órgão ou serviço ou que se encontrem em situação de mobilidade especial;

8.1.3 — Trabalhadores integrados noutras carreiras;

9 — Habilitações académicas exigidas — Preferencialmente, 12.º ano de escolaridade.

10 — Outros elementos curriculares relevantes:

- a) experiência de funções no âmbito do atendimento ao público;
- b) formação profissional na área do relacionamento interpessoal e das relações humanas;
- c) conhecimentos de informática na óptica do utilizador;
- d) conhecimentos de inglês e francês, falado e escrito.

11 — Posicionamento remuneratório — Tendo em conta o preceituado no artigo 55.º da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de Fevereiro, o posicionamento dos trabalhadores recrutados numa das posições remuneratórias da carreira é objecto de negociação com a entidade empregadora pública (IMTT, I.P.), que terá lugar imediatamente após o termo do procedimento concursal.

12 — Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira e categoria de assistente técnico em regime de emprego público por tempo indeterminado, e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal deste Instituto, idênticos ao posto de trabalho para cuja ocupação se publica o presente procedimento.

13 — Forma e prazo de apresentação de Candidaturas:

13.1 — A apresentação da candidatura deverá ser efectuada através do Formulário aprovado pelo Despacho n.º 11321/2009, de 17 de Março, do Ministro de Estado e das Finanças, publicado no *Diário da República* n.º 89, 2.ª série, de 8 de Maio, disponível na página electrónica do IMTT, I.P., ou na página electrónica da Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAE) em www.dgap.gov.pt, e ser entregue no prazo de 10 dias úteis contados da data da publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República*.

13.2 — E deve ser acompanhada da seguinte documentação:

- a) Curriculum vitae detalhado e devidamente assinado;
- b) Documentos comprovativos das habilitações literárias e profissionais;
- c) Documentos comprovativos da formação profissional;
- d) Declaração emitida pelo organismo de origem na qual conste a identificação da carreira, natureza da relação jurídica de emprego, respectiva antiguidade e avaliação de desempenho relativa aos últimos três anos, se o candidato cumpriu ou executou atribuição, competência ou actividade idênticas às do posto de trabalho a ocupar;
- e) Fotocópia do bilhete de identidade e do cartão do contribuinte ou do cartão de cidadão.

13.3 — Local — As candidaturas poderão ser entregues pessoalmente na Direcção de Serviços de Apoio à Gestão / Secção de Expediente Geral, das 9 horas às 12 horas e 30 e das 14 horas às 17 horas, ou remetidas pelo correio, com aviso de recepção expedido até ao termo do prazo fixado para Av.º das Forças Armadas, n.º 40, 1649-022 Lisboa, indicando no sobrescrito, obrigatoriamente e de forma visível, o n.º do presente procedimento de selecção.

14 — Métodos de Selecção e Critérios Gerais:

14.1 — Excepto quando afastados, por escrito, pelos candidatos que, cumulativamente, sejam titulares da categoria e se encontrem ou, tratando-se de candidatos colocados em situação de mobilidade especial, se tenham por último encontrado, a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou actividade caracterizadoras dos postos de trabalho para cuja ocupação o procedimento foi publicitado, os métodos de selecção a utilizar no recrutamento são os seguintes:

- a) Avaliação curricular incidente especialmente sobre as funções que têm desempenhado na categoria e no cumprimento ou execução da

atribuição, competência ou actividade em causa e o nível de desempenho nelas alcançado; e

b) Entrevista de avaliação das competências exigíveis ao exercício da função.

14.2 — Nos restantes casos e aos excepcionados no n.º anterior, os métodos de selecção a utilizar no recrutamento são os seguintes:

- a) Provas de conhecimentos; e
- b) Avaliação psicológica.

14.3 — Entrevista profissional de selecção — A aplicar aos candidatos apurados nos métodos de selecção imediatamente anteriores.

14.4 — Caso sejam admitidos candidatos em número igual ou superior a 100, a utilização dos métodos de selecção será faseada da seguinte forma:

- a) Aplicação, num primeiro momento, à totalidade dos candidatos, apenas do primeiro método obrigatório;
- b) Aplicação dos segundo e terceiro métodos a parte dos candidatos aprovados no método imediatamente anterior, a convocar por tranches sucessivas, por ordem decrescente de classificação, respeitando a prioridade legal da sua situação jurídico-funcional, até à satisfação das necessidades;
- c) Dispensa de aplicação do segundo ou do terceiro métodos aos restantes candidatos, que se consideram excluídos, quando os candidatos aprovados nos termos das alíneas anteriores satisfaçam as necessidades que deram origem à publicitação do procedimento concursal e garantam reserva de recrutamento.

14.5 — Ponderação e critérios de valoração

14.5.1 — Avaliação curricular (AC) — Ponderação 40% — Visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação de desempenho obtida.

14.5.2 — Entrevista de avaliação de competências (EAC) — Ponderação 30% — Visa obter, através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais directamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função, sendo analisados a qualidade da experiência, qualificações e motivações profissionais.

14.5.3 — Prova de conhecimentos (PC) — Ponderação 40% — Visa avaliar se, e em que medida, os candidatos dispõem das competências técnicas necessárias ao exercício da função, de forma escrita e de natureza teórica, constituída por 40 questões de escolha múltipla, com 3 a 4 respostas possíveis, admitindo cada questão apenas uma resposta certa, sendo a sua duração de 60 minutos, realizada de forma ininterrupta e aplicada colectivamente, incidindo sobre as seguintes temáticas:

Decreto-Lei n.º 147/2007, de 27 de Abril — Aprova a orgânica do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I.P.

Portaria n.º 545/2007, de 30 de Abril — Aprova os Estatutos do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I.P.

Decreto-Lei n.º 371/2007, de 6 de Novembro e Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de Setembro, estabelecendo a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações em todos os estabelecimentos onde se forneçam bens e se prestem serviços aos consumidores

Portaria n.º 1288/2005, de 15 de Dezembro, alterada e republicada pela Portaria n.º 896/2008, de 18 de Agosto — Aprova o modelo do livro de reclamações

Resolução do Conselho de Ministros n.º 189/96, de 31 de Outubro, publicada no *Diário da República* n.º 276, 1.ª série, de 28 de Novembro — adopta medidas de modernização administrativa. Institui o livro de reclamações com carácter obrigatório nos serviços e organismos da Administração Pública

Decreto-Lei n.º 114/94, de 03 de Maio, com as últimas alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de Fevereiro — aprova o Código da Estrada

Decreto-Lei n.º 45/2005, de 23 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 103/2005, de 24 de Julho — transpõe para a ordem jurídica nacional vectores essenciais, de definição comunitária, relativos à carta de condução e veículos.

Deliberação n.º 2066/2007, de 18 de Outubro e Portaria n.º 1068/2006, de 29 de Setembro — Taxas devidas pelos serviços prestados pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P.

É adoptada a escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, sendo cada uma das questões, valorada com 0,5 valores.

É permitida consulta da legislação indicada desde que não anotada.

13.5.4 — Avaliação Psicológica (AP) — Ponderação 30% — Visa avaliar se, e em que medida, os candidatos dispõem das restantes competências exigíveis ao exercício da função.

Será efectuada numa única fase, contemplando a análise das aptidões perceptivo-cognitivas, o despiste de traços de personalidade e a avaliação do perfil de competências anteriormente referido.

Os candidatos serão ordenados através dos níveis classificativos Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, que correspondem às classificações 20, 16, 12, 8 e 4 valores, respectivamente.

14.5.5. — Entrevista Profissional de Selecção (EPS) — Ponderação — 30% — Visa avaliar, de forma objectiva e sistemática, a experiência profissional e aspectos comportamentais evidenciados durante a interacção estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal, sendo considerados a capacidade de expressão e fluência verbal, o sentido crítico e clareza de raciocínio, a motivação para o desempenho da função.

14.6 — A aplicação de cada método de selecção tem carácter eliminatório, considerando-se não aprovados os candidatos que nas fases ou métodos de selecção, obtenham classificação inferior a 9,5 valores ou não sejam convocados nos termos do ponto 14.4 do presente anúncio, não lhes sendo aplicado o método seguinte.

14.7 — A falta de comparência dos candidatos a qualquer um dos métodos de selecção equivale à desistência do concurso;

14.8 — A ordenação final dos candidatos que completem o procedimento é efectuada de acordo com a escala classificativa de 0 a 20 valores, em resultado da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de selecção, e é unitária, ainda que, no mesmo lhes tenham sido aplicados diferentes métodos de selecção.

14.9 — Em situações de igualdade de valoração, aplica-se o disposto no artigo 35.º da Portaria n.º 83 -A/2009, de 22 de Janeiro.

15 — O júri é constituído pelos seguintes elementos:

Presidente: Licenciada Guiomar Faria da Costa, Coordenadora do Núcleo de Atendimento Público;

1.º Vogal Efectivo: Licenciada Maria do Amparo Ferreira, técnica superior, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos,

2.º Vogal Efectivo: Luisa Maria Casqueiro Rosa Marques, Coordenadora Técnica.

1.º Vogal Suplente: Maria Fernanda Pucarinha Rodrigues Pinto, Coordenadora Técnica;

2.º Vogal Suplente: Maria de Lurdes Jesus Pereira, Coordenadora Técnica.

16 — Exclusão e notificação dos candidatos — De acordo com o preceituado no n.º 1 do artigo 30.º da referida Portaria, os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas nas alíneas a), b), c) ou d) do n.º 3 do artigo 30.º para a realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

17 — Os candidatos admitidos serão convocados do dia, hora e local para realização dos métodos de selecção nos termos previstos no artigo 32.º e por uma das formas previstas nas alíneas a), b), c) ou d) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83 -A/2009.

18 — As actas do júri onde constam os critérios de avaliação e respectiva ponderação de cada um dos métodos de selecção a utilizar, grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, são facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

19 — A publicação dos resultados obtidos em cada método de selecção intercalar é efectuada através de lista, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público das instalações da sede do IMTT, I.P. e disponibilizada na sua página electrónica.

20 — A lista unitária de ordenação final, após homologação, é publicada na 2.ª série do *Diário da República*, afixada em local visível e público das instalações da sede do IMTT, I.P. e disponibilizada na sua página electrónica.

21 — O presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt), no primeiro dia útil seguinte à presente publicação no *Diário da República*, na página electrónica do IMTT, I.P. e por extracto, no prazo de três dias úteis contados da mesma data, num jornal de expansão nacional.

21 de Agosto de 2009. — A Vogal do Conselho Directivo, *Maria Isabel Vicente*.

202245736

Aviso n.º 15486/2009

Nos termos do disposto no artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, faz-se público que, por deliberação de 16 de Julho de 2009 do Conselho Directivo do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P., no âmbito da competência própria, se encontra aberto o procedimento concursal comum para a contratação de dois Assistentes

Técnicos, em regime de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado.

Este procedimento rege-se pelo disposto nos seguintes diplomas: Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro e Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de Janeiro.

Considerada a dispensa temporária da obrigatoriedade de consulta prévia à ECCRC, até à publicação de procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, não foi efectuada a consulta prevista no artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de Janeiro,

1 — Identificação do acto — A abertura de Procedimento Concursal Comum para preenchimento de dois postos de trabalho na carreira e categoria de Assistente Técnico.

2 — Modalidade da Relação Jurídica — Contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro.

3 — Prazo de validade — O presente procedimento concursal é válido para ocupação de idênticos postos de trabalho a ocorrer no prazo máximo de 18 meses contados da data de homologação da lista de ordenação final do presente procedimento (reserva de recrutamento interna).

4 — Local de Trabalho — Direcção Regional de Mobilidade e Transportes de Lisboa e Vale do Tejo/Núcleo de Actividades de Transporte — Rua Domingos Monteiro, n.º 7, 1069-056 Lisboa

5 — Caracterização do Posto de Trabalho — Exercício de funções com grau de complexidade 2, sendo que as funções a desempenhar incidem sobre tarefas inerentes à actividade de

5.1 — Área de acesso à actividade de transporte

Análise, organização dos processos e emissão de títulos referentes a licenciamento de empresas para a actividade de transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem, de âmbito nacional e internacional;

Análise, organização dos processos e emissão de títulos referentes ao licenciamento da actividade de transporte público de passageiros em táxi;

Análise, organização dos processos e emissão de títulos referentes ao licenciamento da actividade de prestação de serviços com veículos pronto-socorro;

5.2 — Área de acesso ao mercado de transporte

Análise, organização dos processos e emissão de licenças de veículos para o transporte rodoviário de mercadorias, passageiros, colectivo de crianças, doentes, valores e pronto-socorro.

5.3 — Área de certificação de profissionais

Análise, organização dos processos e emissão de certificados de gerente, director, ou administrador de empresas de transporte rodoviário de mercadorias, pronto-socorro e colectivo de crianças;

Análise, organização dos processos e emissão de certificados de condutores de veículos que transportam mercadorias perigosas (ADR), de motoristas de táxi, de transporte colectivo de crianças e motoristas de países terceiros;

Análise e organização dos processos tendentes à emissão de licença de inspector técnico de veículos

5.4 — Área de Autorizações Especiais de Trânsito e Inspeção de Veículos

Análise e organização de processos tendentes à emissão de autorizações especiais de trânsito para veículos que, pelas suas próprias características, ou em virtude do transporte de objectos indivisíveis excedem os pesos ou dimensões regulamentares;

Análise e organização de processos tendentes à emissão de autorizações para o transporte internacional bilateral ou multilateral;

5.5 — Área de concessão de carreiras

Gestão dos processos de carreiras de transporte rodoviário de passageiros, mantendo o actualizado o correspondente registo informático.

6 — Perfil — Capacidade de organização e trabalho orientado para a obtenção de resultados; capacidade de adaptação no trabalho e versatilidade/polivalência nas funções; auto-aprendizagem; comunicação escrita e oral; relacionamento interpessoal e trabalho em equipa.

7 — Requisitos Gerais de Admissão:

a) Ter 18 anos completos;

b) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções que se propõe desempenhar;

c) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções

d) Ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.